

ENTRAVE EMPRESÁRIOS E GOVERNO FEDERAL TÊM CRITICADO OS IMPASSES PARA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

# Projeto muda gestão do meio ambiente para agilizar licenças

Leis confundem empresários e não são claras quanto à competência dos Estados e municípios

DENISE ZANDONADI  
dzandonadi@redgazeta.com.br

Pressionada de todos os lados, os gestores da área de Meio Ambiente já foram acusados até pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ser um entrave no crescimento do país. Visto como vilão pelo setor empresarial, mas defendido pelos especialistas, o licenciamento ambiental sofre com a falta de regulamentação do setor e com a imprecisão de leis federais, estaduais e municipais que confundem mais do que ajudam, na opinião de especialistas.

Nos últimos meses, empresários e até mesmo pessoas ligadas ao governo federal têm criticado os impasses para a concessão de licença ambiental para a construção de várias usinas hidrelétricas, principalmente no Norte do país. Alegam que obter licença no Brasil é burocrático, caro e desgastante.

O impasse provocado pela demora no licenciamento levou o governo a articular o envio ao Congresso de um projeto de lei que, entre outras determinações, faz referências à competência do poder público

em cuidar das suas questões ambientais. Essa proposta deve regulamentar o artigo 23 da Constituição de 1988.

Um dos objetivos da regulamentação é definir, claramente, as responsabilidades dos órgãos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente. Os ambientalistas querem que a regulamentação seja acompanhada de outras políticas públicas. Além disso, querem uma melhor infra-estrutura para o funcionamento dos órgãos públicos do setor.

**OBSTÁCULO.** A indefinição prejudica o licenciamento, atrasa os processos e encarece os empreendimentos econômicos, acreditam os juristas e os ambientalistas que se reuniram, no início do mês, em Vitória. Eles discutiram, exatamente, os entraves para o licenciamento ambiental de projetos da área de turismo.

Os empresários desse setor, por exemplo, afirmam que a insegurança jurídica é um dos maiores empecilhos à implantação de novos projetos turísticos. A alegação das empresas é que a licença provisória é concedida, a obra começa, e depois o Ministério Público embarga a obra. É preciso mais dinheiro e muito tempo para a liberação da licença definitiva, dizem.

Além da definição das competências de cada esfera de poder, a criação de serviços de licenciamento municipais também é defendida pelos ambientalistas e empresários.



À ESPERA. Há três grandes projetos de resorts para Guarapari que aguardam licenciamento provisório para serem iniciados. Um deles fica nas Três Praias. FOTO: EDSON CHAGAS

## SAIBA MAIS

■ **Guarapari.** Há três grandes projetos de resorts para Guarapari que aguardam licenciamento provisório para serem iniciados. Um dos projetos é o de Três Praias que está emperrado há anos.

■ **Espera.** Há também empreendimentos nas áreas de ferrovia, rodovia, transporte de gás, exploração de petróleo, hidrelétricas e transporte, além de rochas ornamentais aguardando licenciamento no Espírito Santo.

■ **Grandes.** A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Seama) avalia atualmente os projetos de construção da oitava usina de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no complexo de Tubarão; expansão da Samarco e da CST-Arcelor.

■ **Ibama.** Nem sempre é o lema que licencia. Quando o empreendimento envolve dois ou mais Estados ou atividades marítimas, o processo é feito pelo Ibama, órgão

ligado ao Ministério do Meio Ambiente. No Estado, mais de 35 projetos nas áreas de petróleo e gás aguardam licenciamento do Ibama.

■ **Consema.** Além do parecer dos técnicos do lema, os empreendimentos precisam ser aprovados no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), que é formado por nove representantes da sociedade civil, nove da área pública e outros nove do setor empresarial.

Capacitação ajuda a superar obstáculos, diz secretária

Outra forma de agilizar o licenciamento é a estruturação de secretarias municipais

No Espírito Santo, a indefinição da legislação e os entraves burocráticos vêm sendo superados, segundo a secretária estadual do Meio Ambiente, Glória Abaurre, com a contratação e treinamento de mais técnicos e um trabalho desenvolvido em parceria com o Ministério Público Estadual.

“É claro que a definição das competências de cada esfera de poder ajudará, mas não vamos ficar esperando por isso. Em 2004 tínhamos cerca de 7 mil projetos em avaliação aguardando licenciamento. Hoje temos cerca de 4 mil. É um número alto, mas a situação já mudou muito com as contratações”, afirmou Glória Abaurre.

Outra forma de agilizar o licenciamento é a estruturação de secretarias municipais de Meio Ambiente. “Estamos discutindo com as prefeituras interessadas. Se o trabalho pode ser feito no município, não será preciso acionar a secretaria estadual. Há várias maneiras de resolver as questões, mesmo sem a regulamentação do artigo 23 da Constituição”, acredita ela.

Glória informou que o Estado está conseguindo cumprir os prazos previstos pela legislação. São seis meses para licenciar projetos que não exigem EIA/RIMA e um ano quando os dois procedimentos são necessários.